



Comissão Nacional de REDD+

4º Reunião Ordinária – CONAREDD+

Elaboração da memória: DEFLOR/SAS/MMA

Aprovada

Reunião realizada virtualmente

29 de julho de 2021

Início: 14h00

Término: 15h30

Ata da reunião

Participantes

Marta Lisli Ribeiro Morais Giannichi – Secretária da Amazônia e Serviços Ambientais (SAS/MMA)

Julie Messias e Silva – Diretora do Departamento de Ecossistemas (DECO/SAS/MMA)

Clarisse Cruz – Diretora Substituta do Departamento de Conservação Florestal e Serviços Ambientais (DEFLOR/SAS/MMA)

Priscilla Bomfim – Chefe de Gabinete (SAS/MMA)

Alexandre Santos Avelino – Analista Ambiental (DEFLOR/SAS/MMA)

Antônio Carlos Martinez Sanches – Analista Ambiental (DEFLOR/SAS/MMA)

Monique Sacardo Ferreira – Analista Ambiental (DEFLOR/SAS/MMA)

Ricardo José Macedo dos Santos - Auditor Federal de Finanças e Controle (ME)

Peng Yaohao - Coordenador-Geral de Negócios Agroambientais (ME)

Elvison Nunes Ramos – (MAPA)

Diogo Martins Rosa – Coordenador de Geociências (SEDAM/RO)

Victor Salviati – Superintendente de Inovação & Desenvolvimento Institucional (FAS)

Marina Carrilho Soares – Divisão de Meio Ambiente II (MRE)

Savio Tulio Oselieri Raeder - Diretor do Departamento de Políticas e Programas de Ciências (MCTI)

Luiz Fernando Fauth – Assessor da Secretaria-Executiva (MCTI)

Marcio Rojas – Coordenador Geral do Clima (MCTI)

Oswaldo dos Santos Lucon – Coordenador do Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima (FBMC)



Comissão Nacional de REDD+

Abertura da Reunião:

- A Presidente da CONAREDD+, Dra. Marta Giannichi, deu as boas-vindas aos membros, verificou questões de quórum e de ordem para a realização da reunião de modo remoto e iniciou a rodada de apresentação dos participantes.
- Marta apresentou a proposta de pauta e indicou que a reunião tem um caráter informativo. Passou aos informes gerais, conforme apresentação de slides anexa:
- Análise e consulta internacional dos Anexos Técnicos da Amazônia e Cerrado no âmbito da UNFCCC – Clarisse Cruz apresentou as etapas e cronograma do processo, com a perspectiva de finalização em dezembro de 2021.
- Grupo de Trabalho Técnico de MRV – Alexandre Avelino apresentou a formação do GTT e o processo de discussão da submissão de FREL Nacional, de todos os elementos técnicos que devem ser considerados nessa submissão. Indicou que o processo de discussão e definições técnicas do processo mencionado acima possibilitaram uma reorientação para que o FREL Nacional seja submetido no final de 2022.
- Grupo de Trabalho Técnico sobre Salvaguardas – Julie Messias apresentou a formação do GTT e o caráter de estabelecimento de um ambiente consultivo do grupo. Informou que as reuniões iniciais trouxeram conteúdos informativos, com apresentação de 3 estados, e agora partiram para uma discussão ainda mais técnica de formulação de indicadores.
- Marta questionou se havia dúvidas dos membros e não houve manifestações.

Definições da Reunião

Revisão da ENREDD:

- Clarisse apresentou informações sobre a revisão da ENREDD+, apresentando o contexto e justificativas de revisão, orientação estratégica, cronograma e recursos desse processo. Victor Salvati questionou se o PNUD não apoiará esse processo também. Clarisse informou que em conjunto com o PNUD estamos fazendo uma realocação de recursos do projeto com PNUD, informando que esse projeto terá seu foco no apoio ao desenvolvimento do FREL Nacional. Ricardo ponderou sobre o prazo de execução da revisão da ENREDD+. Marta pontuou que até setembro teremos uma v1 do documento.

Apresentação da Nota Técnica 379/2021 e avanços após reconhecimento do mercado voluntário:

- Marta explicou as motivações da elaboração da NT 379/2021 indicando as perspectivas de fases de implementação do mercado voluntário de carbono no Brasil. O primeiro passo foi o reconhecimento do mercado e o segundo será o cadastramento. Além disso, Marta agradeceu o apoio do MRE nas discussões e seu trabalho nas negociações internacionais.



Comissão Nacional de REDD+

- Marta indicou que a Nota Técnica é um passo de transparência, de devolutiva do processo iniciado em 2020. Vitor Salviati indicou concordância com as perspectivas do MMA e complementou com exemplos de vários movimentos no cenário nacional. Além disso, Victor indicou que vê com bons olhos esses movimentos, levando também em conta as salvaguardas e tecnicidades relacionadas aos projetos de carbono.

- Diogo questionou como está a inclusão das florestas no Artigo 6. Marina esclareceu que as negociações até o momento não discriminam nenhum setor para sua implementação. O que haverá no futuro são os critérios de elegibilidade e aplicação das disposições, mas sem uma setorização específica.

Apresentação da discussão técnica sobre metodologia de distribuição dos limites de captação para o Cerrado:

- Antonio contextualizou a proposta de distribuição de limites de captação da Amazônia, adotada pela Resolução nº 06 de 2016 e consultou os membros da pertinência metodológica de aplicação da mesma abordagem para o Cerrado. Victor pontuou que no processo de definição da Amazônia foram realizadas simulações e que seria oportuno fazer o mesmo para o Cerrado. Ricardo também questionou a disponibilidade de simulações e se a proposta leva em consideração o montante de áreas públicas e privadas em cada região, já que possuem características distintas e que requerem esforços distintos de proteção. Marta pontuou que o intuito de manter a proporção de distribuição seria para manter consistência com a metodologia da Amazônia e após a concordância da CONAREDD+ partiria para as simulações e elaboração de Nota Técnica. Com relação ao comentário de consideração de áreas públicas, Clarisse complementou que a metodologia olha para todo o território do bioma.

- Marta propôs a adoção do percentual de 60 e 40, realizar as simulações e discutir em reunião extraordinária da CONAREDD+.

Apresentação da discussão técnica sobre retificação da Resolução nº 14 em razão da avaliação técnica do BUR3:

- Clarisse enunciou que o próximo ponto de pauta seria a retificação da Resolução nº 14 e passou a palavra para que Antonio explicasse a fundamentação dessa necessidade, em função da finalização do processo de análise dos resultados de REDD+ no âmbito da UNFCCC que ensejou essa alteração. Victor questionou se o GTT-MRV avaliou esses dados e indicou que aparentemente não vê objeções, mas que seria desejável receber os dados para conferência.

- Victor sugeriu que a validação seja feita por e-mail. Marta concordou e sumarizou os encaminhamentos e questionou se haveria mais algum ponto de pauta.

Demais Assuntos:

- Vitor colocou à consideração a captação de recursos no LEAF e sugeriu que fosse inserido um adendo na Resolução nº 06 para que eles possam acessar essa captação. Marta explicou que está ciente dos movimentos para captação de recursos que os estados estão participando, que



Comissão Nacional de REDD+

o MMA tem um diálogo constante com eles e que entende que a submissão ao LEAF não significa nesse momento a materialização de um contrato de captação. Indica que seguindo o rito estabelecido na CONAREDD+, os estados estarão aptos a captação de pagamentos por resultados ao se tornarem elegíveis perante o colegiado e indicou os esforços do MMA em facilitar esse processo de elegibilidade, com o apoio da cooperação técnica alemã na criação de um manual de elegibilidade. Além disso, Marta informou que o MMA tem estudado a iniciativa LEAF e está preparando uma Nota Técnica sobre o tema.

- Julie enfatizou o ambiente de cooperação entre o governo federal e estados. Ressaltou o trabalho do MMA e das instâncias de governança da CONAREDD+.

Encaminhamentos e Encerramento

- A reunião resultou em 2 encaminhamentos:

1. Equipe MMA irá encaminhar as planilhas aos membros para retificação da resolução com prazo de 15 dias para aprovação.
2. Equipe MMA irá realizar as simulações dos cenários e chamar uma reunião extraordinária.

- Marta consultou se haveria mais contribuições, lembrou os encaminhamentos e indicou a importância de seguirmos o regimento no que diz respeito a participação de representantes. Oswaldo questionou se poderia ceder o lugar ao representante da sociedade civil no GTT-MRV, ressaltando que o Decreto de institui que ele deve ser o titular da sociedade civil. Marta indicou que iria verificar, mas que a prerrogativa seria seguirmos o decreto. Agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião.